

LIBERDADE DE ESCOLHA

Araken Hipolito da Costa *

Onde há fé, há força. Onde há ideal, há vontade. São esses valores que mudam o mundo, renovam as crenças e fortalecem os homens. Juntos representam a diferença entre aqueles que apenas sonham e os que fazem. Entre os que desistem e os que vencem.

Ricardo Campos Soares

Ao nascermos, recebemos o dom da vida e, intrinsecamente, a liberdade de pensar e agir.

Como não nascemos sós, somos oriundos da família, criados à imagem e semelhança de Deus, vivemos em comunidade, por isso precisamos entender a realidade que nos cerca e também nos conhecermos. Todo nosso agir é direcionado por uma estrada pensada, mas é dependente de nossa liberdade de escolha. Somos livres para exercermos o nosso destino.

Quando percebemos a beleza ao nosso entorno, a natureza, os animais e os semelhantes, somos tomados por um sentimento amoroso que nos une, e assim direcionamos nossas vidas. Sentimos e desejamos compartilhar esses sentimentos com o próximo. Este compartilhar é que nos traz a felicidade, se estamos sós, não podemos compartilhar. Precisamos do outro para externar e vivenciar a nossa felicidade. É a existência prazerosa. No caso dos monges, embora sós, compartilham com Deus a sua felicidade, mas Ele nos colocou no mun-

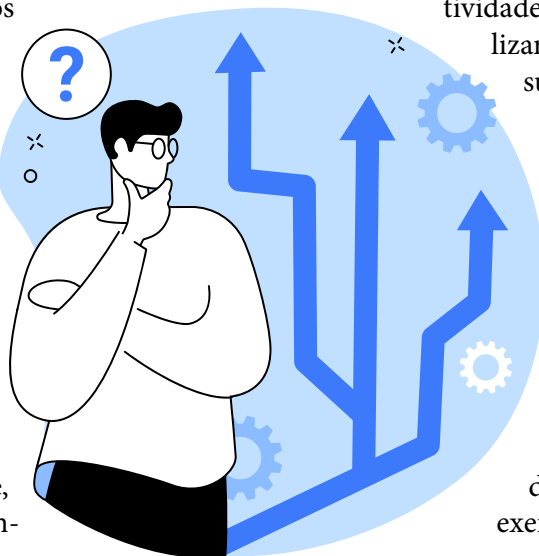
do para sermos felizes com a nossa própria liberdade de escolha.

A liberdade não existe sem um propósito, mas é o caminho para desvelar a verdade, experimentar o amor e compartilhar com o outro. Assim, criamos nossos valores éticos e morais tão caros ao sentido existencial. É a essência sublime do homem.

Quando o homem abandona esse propósito, torna-se um escravo de si mesmo e, por consequência, do outro. Afasta-se da vontade de Deus e quer guiar por sua própria vontade e seus interesses. Daí surge na mente desse escravo a procura

de um novo criador para sobreviver na coletividade, pois alguém tem de centralizar e orientar a sociedade, então, surge a figura do imperador, do rei, do czar ou, modernamente, do ditador.

Por isso, os materialistas – marxistas, fascistas, comunistas –, bem como os fundamentalistas religiosos, desvirtuadores do sentido da religião, são tão inflexivos neste ordenamento, a fim de que a liberdade de escolha não possa ser exercida na sua plenitude. Trans-



formam sistemas políticos em regimes totalitários e ao longo do tempo sua população torna-se triste e sem esperança. Não existe na face do planeta um só governo totalitário que tenha sobrevivido.

Caim matou Abel por inveja, pois a felicidade do irmão o incomodava. Da mesma forma os estados totalitários se incomodam com as nações livres.

As nações livres fundamentam seus valores em quatro pilares constitutivos da cultura ocidental e tão caros aos governos democráticos:

1. o pensamento filosófico grego caracteriza-se pelo uso da razão na busca da verdade para compreender a realidade. De seus frutos nasceram a política, a ética, a estética etc., dando origem aos valores éticos;
2. o Judaísmo e o Cristianismo trazem no seu bojo os valores morais influenciados pelo código mosaico e o sentido de igualdade, onde todos são iguais perante Deus;
3. o direito romano, tão imprescindível na justiça social; e
4. a família é origem do agrupamento humano.

As nações livres constituídas pelo povo, pelo território, e uma nação politicamente organizada, precisam seguir o seu destino manifesto e de uma força que o proteja de seus inimigos. Assim, nascem as Forças Armadas como instituição nacional, permanente e regular para manter a soberania nacional.

A Instituição Militar é fruto da necessidade de autodefesa. Nenhum povo conseguiu sobreviver historicamente sem executar algum tipo de luta, seja interna ou externa. De uma forma ou de outra, a existência dos povos está sempre associada à sua Instituição Política (governo) e à sua Instituição Militar (Força Armada).

A defesa da soberania não se reduz ao povo ou território, mas ela começa pela defesa dos valores morais e éticos pertencentes ao seu povo. São estes valores que orientam a sociedade para sua liberdade, o bem comum, a justiça social e direcionam o sentido nacional. Quaisquer desvios destes valores provocarão um enfraquecimento da Nação e são uma porta aberta para sua destruição. Podemos afirmar, quando a nossa soberania interna sofre influência de valores de origem materialista e impuros, é um prenúncio de um desastre.

Nesse momento, cabe ao povo decidir sobre seu rumo e contar com a sua Força Armada, para impor a ordem e a soberania nacional.

Cabe lembrar que um ato político pode provocar uma cisão e, como exemplo, surgiu com a criação do Ministério da Defesa, em 10 de junho de 1999, sob a presidência de Fernando Henrique. Embora o objetivo fosse a correspondência com as nações modernas onde, graças ao exercício da cidadania, tem o senso comum acerca da defesa de sua nacionalidade, consubstanciado pela consciência de que o patriotismo é o valor maior para sua sobrevivência. No entanto, a intenção era obter o isolamento político dos militares, afastando-os das decisões políticas nacionais. Hoje, passaram 26 anos desde que os militares se afastaram da política para se dedicar somente aos problemas operacionais e administrativos.

Cabe ressaltar que o sentido de política é pensar a pólis, a cidade, a nação. Em síntese é pensar no próximo, pois só quem não pensa nos outros torna-se um ser individualista ou idiota, bem caracterizado na Grécia antiga.

Portanto, mais do que nunca, para manter a soberania nacional, é imprescindível planejar a sua defesa e orientar-se na política. Lembrando o pensamento de Clausewitz: “a guerra é a simples continuação da política por outros meios”.

A liberdade de escolha é um bem recebido ao nascermos, somos responsáveis pelos nossos atos perante a família, a sociedade e a Nação. A política é o meio para aglutinar ao outro, também pela ação política exercemos a nossa cidadania para mantermos a nossa liberdade. Porque, quando um ato político agride os nossos valores, afronta a nossa liberdade, na tentativa de impor um Estado materialista e totalitário, não resta senão reagir dentro da política e respeitando a Constituição.

Caso contrário, sabemos que não há meios legais contra a tirania. ■

Este artigo foi publicado originalmente na Revista Aeronáutica, edição n° 326, 2025.

* Coronel Aviador